



Anais da Assembléia

N. 146

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 125.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimental, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Blokoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) — Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA (Pela Ordem) — Eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

30 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) — Eu retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. 1711/85—GS/SEIC, do Senhor FRANCISCO SI-MEÃO RODRIGUES NETO — Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, comunicando o seu comparecimento nesta Assembléia, no dia 09 próximo passado, às 15:00 horas, ocasião em que seriam debatidos aspectos do PROGRAMA PARANAENSE DE MICRODESTILARIAS. Na mesma oportunidade estaria à disposição dos Senhores Deputados para prestar quaisquer esclarecimentos que viessem a ser solicitados sobre as acusações levantadas contra sua pessoa pelo ex-candidato do PDS à Prefeitura de Curitiba, Doutor PAULO PIMENTEL, durante a campanha eleitoral. Como, lamentavelmente, não houve quorum para que a sessão fosse realizada, coloca-se novamente à disposição desta Casa de Leis, para — na data que for mais conveniente — prestar esclarecimentos sobre os PROGRAMAS E ATIVIDADES DA SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO.

Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a retirada de pauta dos Projetos de Lei n. 317/85 e 327/85.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Pelo fato de termos tomado conhecimento neste momento dos pareceres emitidos pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná e pelo Departamento de Economia da FUEL que, analisando ambos os projetos de lei, apontam para aspectos extremamente delicados e obscuros que necessitam uma melhor apreciação por parte tanto dos Senhores Deputados como por parte do Governo do Estado.

Em anexo, cópia de ambos os pareceres para permitir análise por todos os Senhores Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Douto Plenário, dispensa da votação de Redação Final para os projetos de lei aprovados em 3.^a discussão que não sofreram emendas em suas tramitações, assim como para os que forem aprovados até o final do presente período extraordinário.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora MARIA ALMEIDA MACHADO, com 66 anos, membro de tradicional família tibagiana, dei-

xando viúvo o Senhor José da Cruz Machado e os seguintes filhos: Rute, Maria da Graça, Eloísa, Lavínia, Eunice, Fátima, José da Cruz Machado Filho, Pedro, Antônio, Laércio, Gaspar, Valdete, 35 netos e 5 bisnetos, ocorrido no dia 13.12. próximo passado, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Praça Leopoldo Mercer, s/n em Tibagi.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOSÉ JORGE CHEDID, ocorrido na cidade de Jaguapitã no último domingo.

O extinto deixou 8 filhos: Hugo, João, Neusa, Izaura, Ivete, Dirce, Jorge e Diva, sendo que os cinco primeiros, concebidos em segundas núpcias. Deixou ainda 32 netos e 11 bisnetos.

Seu passamento veio a consternar toda a população local, pois José Jorge Chedid, era comerciante na cidade, sendo conhecido e amado por todos. Seu desaparecimento veio a deixar uma lacuna, difícil de ser preenchida na sociedade de Jaguapitã.

Requer, ainda, que da decisão deste Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor FARID MACHADO PEDRO, com 58 anos, membro de tradicional família pontagrossense, deixando viúva a senhora Lacir Ignácio Pedro, e os seguintes filhos: Gilberto, Solange e Daniela, ocorrido no dia 14 próximo passado, em Ponta Grossa.

Requer, outrossim, seja dado ciência da decisão do Plenário, com envio de expediente à família enlutada, à Rua Dr. Colares, 945, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em União da Vitória, do doutor JAIME ERNESTO BERTAZZO, médico, industrial e líder comunitário, cujo desaparecimento deixa dolorosa lacuna no vasto círculo de amigos que aprendeu a admirá-lo e respeitá-lo, por força de suas atitudes sempre coerentes e dignas.

O extinto, que se destacou em diversos ramos de atividade, inclusive como esportista exemplar, deixa desconsolada sua família, a qual, neste momento de transe,

requeremos seja transmitido o teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Antônio Annibelli e Ervin Bonkoski.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações pela passagem do 30.^o (trigésimo) aniversário do município de ARAPOTI, a ser comemorado no próximo dia 18 (dezoito) de dezembro.

Requer, outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município, que juntos estão fazendo o progresso do município que está se transformando com rapidez, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) PÉRICLES PACHECO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações dirigido a Juranda, pela passagem do seu 4.^o aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei, Prefeito Municipal; a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Maria Zenir P. Messias e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes dos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos existentes na cidade.

Desmembrando-se de Mamborê, conforme a Lei Estadual n. 7.549, sendo criado em 12 de dezembro de 1981, ocorrendo sua instalação no ano seguinte, dia 1.^o de fevereiro, Juranda, embora muito jovem, é nos dias de hoje importante fator no desenvolvimento da região Centro-Oeste, onde está localizada.

A base de sustentação sócio-econômica fundamenta-se na agricultura, havendo, ano após ano, aumento da área produzida, bem como a elevação nos índices de produtividade, destacando-se principalmente a soja e o trigo.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer o justo e merecido registro nos Anais deste Poder a Juranda, oportunidade em que manifesto a minha confiança em sua gente, que, com seu trabalho imorredouro, tem feito justificar as potencialidades lá existentes, no sentido de extrair, com carinho e respeito, os alimentos que necessitam.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pela eleição do Conselheiro Olivir Gabardo para a Presidência do Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI, ANTÔNIO ANNIBELLI
e EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná pela participação no II Encontro Nacional dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação, realizado recentemente em Águas de São Pedro.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Por estar presente na luta pelo fortalecimento de sua categoria profissional, conforme atesta documentação anexa.

II ENCONTRO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO

CARTA DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO

O momento sócio-político-econômico do País, que tem levado a Classe Trabalhadora a uma situação de penúria forçou a Categoria de Asseio e Conservação, através de uma ação conjunta, a se mobilizar com o intuito de discutir, aprovar, reivindicar, e pleitear condições que ofereçam aos inúmeros companheiros, espalhados pelos vários rincões dessa imensa Nação, melhoria da qualidade de vida, efetivamente, em qualquer parte onde sua força produtiva seja motivo de aprimoramento de convívio social, ao lado de um desenvolvimento ordenado e justo.

Assim, nos dias 26, 27, 28 e 01 de março do corrente ano, promoveu-se o II Encontro Nacional dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação, na Cidade de Águas de São Pedro, São Paulo, onde se fizeram presentes Entidades representativas dos Estados do Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, representando nada menos que UM MILHÃO de Trabalhadores que, diuturnamente, labutam e sobrevivem desta atividade.

Desse trabalho conjunto, ouvidas e trocadas as experiências dos vários companheiros, assim como, a vivência de cada Entidade que se fez presente ao II Encontro, alguns princípios ficam estabelecidos e inseridos na bandeira de lutas da Categoria, num rol de propostas e reivindicações, a saber:

1 — Lutar pela existência de um Código de Legislação Trabalhista que venha reunir preceitos legais que estabeleçam uma dinâmica nos Direitos do Trabalhador de acordo com a realidade social e sua evolução, como forma de melhor atender os graves problemas hoje existentes no relacionamento Empregado e Empregador. Tal luta deve ser de todos, à vista da colcha de retalhos em que se transformou nossa C.L.T. que hoje serve de parâmetro aos interesses dos companheiros que representam a grande força do desenvolvimento da Nação.

2 — Exigir a efetiva participação dos vários segmentos da Classe Trabalhadora, sem barreiras de interesse de grupos facciosos, o que tem sido a tônica na manipulação dos interesses dos trabalhadores, numa CONSTITUINTE que venha dar o

respaldo necessário ao direito de trabalho justo com uma contraprestação justa. Só assim, dar-se-á um basta ao estado de coisas que vêm ocorrendo nas nossas instituições nos vários níveis decisórios do País.

3 — Liberdade Sindical com responsabilidade, através de participação efetiva, nos vários níveis, dos trabalhadores e suas Entidades representativas, sem o policiamento político ideológico que cerceia o direito à liberdade de expressão consciente e responsável.

4 — Aprimoramento e estabelecimento de mecanismos que preservem os direitos dos Companheiros da Categoria, que hoje se encontra na situação de um subemprego aparente, pois têm a condição de mercadoria nas várias empresas que exploram tal atividade, sem qualquer responsabilidade dos tomadores dessa mão-de-obra. A solidariedade é condição sine qua non do ser humano. A exclusão a nível laborativo é contundente.

5 — Lutar pela responsabilidade penal, em todos os níveis, dos responsáveis pelos rombos financeiros e insolvência de instituições públicas e privadas, ou similares, que normalmente são custeados pelo tributo do trabalhador, a exemplo do INPS.

6 — Lutar pela união da categoria de Asseio e Conservação, a nível nacional, objetivando a unidade nas reivindicações e busca de soluções para os problemas da categoria, a fim de que sejam diferenciações existentes, respeitados os usos e costumes de cada região quanto à vida comunitária.

7 — Exigir do Governo, que ora se instala, um posicionamento político quanto à dívida externa do País, para que os trabalhadores não venham a ser mais uma vez explorados em seus direitos pagando um preço, já em níveis insustentáveis, pela irresponsabilidade de poucos.

Assim, a palavra de ordem é a vigilância diuturna, e a postura, a de cidadãos ciosos de seus direitos.

Nestas condições, esperam os trabalhadores de Asseio e Conservação que a JUSTIÇA seja um Direito e o império de Leis justas seja uma reivindicação permanente no aprimoramento de um desenvolvimento voltado para o homem.

Águas de São Pedro, 01 de Março de 1985.

Entidades Participantes:

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E
HOSPITALIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE SÃO PAULO
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE GOIÂNIA
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E
HOSPITALIDADE DE CAMPINAS
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TURISMO E
HOSPITALIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
ASSEIO E CONSERVAÇÃO NO ESTADO DE ALAGOAS
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE BRASÍLIA
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS EM
TURISMO E HOSPITALIDADE DE SÃO JOSÉ DOS
CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 24.º aniversário do Município de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Vinte e quatro anos de história de emancipação política do Município de Terra Roxa não é apenas uma razão de orgulho para o Estado do Paraná, como também se constitui em um legado de estímulo das gerações passadas. Porque isso representa a fé dos paranaenses no Estado do Paraná, e o trabalho daqueles que aqui vieram construir suas vidas.

Terra Roxa é exemplo de prosperidade com tranquilidade. E este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que podemos oferecer àquele digno povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de moção de apoio à paralisação dos vendedores de jornais e revistas de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Por serem justas as reivindicações, conforme pode-se comprovar pela nota oficial da Associação Profissional dos Vendedores de jornais e revistas a empregados em Empresas Distribuidoras de Jornais e Revistas de Curitiba, em anexo.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS VENDEDORES DE JORNAIS E REVISTAS E EMPREGADOS EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE JORNAIS E REVISTAS DE CURITIBA

AMIGO JORNALEIRO

PORQUE CONSIGNAÇÃO TOTAL E 30% DE COMISSÃO?

Na atual conjuntura do País, com a inflação oficial girando em torno de 11% à 13% ao mês, face ao grande investimento que é o pagamento antecipado das revistas, ao pouco giro desta mercadoria, ao pequeno índice de comissão de 20% (que gira em torno de 8%, face à desvalorização mensal do cruzeiro e a inflação), aos aumentos constantes das revistas, que dificultam a sua venda ao público consumidor, que nos obriga a desembolsar dinheiro para novas compras, ao grande capital parado que nos onera terrivelmente nos obrigando a desviar dinheiro da venda de outros produtos para cobrir as despesas com os Editores, A CLASSE NACIONAL DOS JORNALEIROS por estar terrivelmente esgotada na luta diária pela sobrevivência, concluiu que teriam que ser alteradas as condições dos vínculos comerciais com os Editores e Distribuidores.

Em Assembléia Nacional, convocou-se os Editores e Distribuidores para sentarem-se à Mesa, ouvirem nossos argumentos e, em conjunto, solucionar o problema.

Não houve qualquer interesse dos Editores. Os mesmo não compareceram sequer à Mesa de Negociação para diálogo. Foram frios e insensíveis, nem mesmo a intermediação do Ministério do Trabalho em Brasília os sensibilizou.

Simplemente não compareceram, achando que, pelo seu poderio Industrial e Econômico podem continuar a nos sacrificar, obrigando-nos a trabalharmos para seu engrandecimento, muitas vezes com grandes prejuízos.

PORQUE A PARALISAÇÃO NACIONAL?

Em virtude do descaso, da insensibilidade dos Editores, restou-nos como única forma de fazer valer nossos direitos, a PARALISAÇÃO NACIONAL.

Colocada em votação em todos os Estados, foi por unanimidade aclamada.

Em CURITIBA, através da Ata n. 07 de 10.12.85, da Associação Profissional dos Vendedores de Jornais e Revistas de Curitiba, os presentes à Assembléia Geral Extraordinária, decidiram pela Paralisação, por unanimidade, (100%).

Este Boletim tem como finalidade, esclarecer pontos, informar a todos nossa decisão em Assembléia, e convocar a Classe para que, através de nossa União, através de nosso repúdio, e através de nossa mobilização, forcemos os Editores a descer dos pilares da Insensibilidade e da Ignorância, e que venham ao diálogo, para que possamos assim resolver nossos problemas.

OBS: As Forças Autoritárias que no passado tentaram nos oprimir, e, por interesses pessoais e econômicos tentaram nos tirar as vendas de doces e cigarros, soltaram um boato que, caso conseguíssemos nossas reivindicações, perderíamos a venda dos mesmos.

Esclarecemos que, estes e outros meios ilícitos serão tentados para nos dividir.

Esclarecemos também que: NOSSOS DIREITOS ESTÃO ASSEGURADOS EM LEI, SÃO INTOCÁVEIS.

Fiquem alertas quanto às formas clandestinas de nos sabotarem.

NÓSSA BANDEIRA TRÊMULA JUSTA E FORTE, NADA E NINGUÉM IRÁ DERRUBÁ-LA.

Curitiba, 12 de dezembro de 1985.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, REQUER o envio de expediente urgentíssimo ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando a intermediação da Secretaria do Trabalho na greve dos trabalhadores da construção civil em Londrina, Cambé e Ibiporã, bem como a orientação à Secretaria de Segurança Pública para que, ao desempenhar suas funções, não permita excessos de violência.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Ao nos solidarizarmos com as justas reivindicações dos trabalhadores da construção civil paralisados nos municípios de Londrina, Cambé e Ibiporã, apelamos ao Governo do Estado para que participe da solução do impasse.

O fato de existir uma diretoria sindical despreparada, legal mas omissa, somado à permanência absurda de uma legislação de greve ultrapassada e anacrônica e mais a impossibilidade legal dos empresários do setor na região deliberarem, não justifica acompanhar de braços cruzados o desenrolar dos acontecimentos.

Nosso apelo é no sentido de que todas as partes envolvidas e Governo participem das negociações e que sejam suspensas

quaisquer demissões dos grevistas. O direito de lutar pelos interesses legítimos deve ser resguardado, pois só assim os conflitos entre capital e trabalho numa sociedade capitalista, que combatemos e lutamos por superar, contribuirá para a consolidação da democracia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Governador, encaminhando a proposta do PCB para solucionar o problema emergencial dos agricultores do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Milhares de famílias de agricultores do Vale do Ivaí enfrentam há semanas uma situação desesperadora diante da iminência de execuções fiscais e perda de suas propriedades.

A Comissão responsável do PCB, em nota oficial, pronunciou-se a respeito, formulando inclusive uma proposta exequível de solução do problema, cuja íntegra está anexada a este.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO OS COMUNISTAS APOIAM OS AGRICULTORES DO VALE DO IVAÍ

A notícia de que o Banco do Estado do Paraná irá executar judicialmente os débitos dos pequenos agricultores do Vale do Ivaí se constitui em mais um atentado aos Direitos Humanos, e com isso não concorda o Partido Comunista Brasileiro. Não podemos admitir que se perpetuem contra os pequenos e médios agricultores do Vale do Ivaí tais injustiças. O PCB apóia integralmente suas lutas bem como nos colocamos ao seu lado para resistir contra a ganância dos Bancos, que querem continuar a aumentar suas propriedades e, conseqüentemente a concentração da terra às custas do suor e do sangue dos pequenos e médios agricultores e suas famílias. A situação de penúria e miséria que vivem esses agricultores castigados pela seca incessante, agricultores esses cujo único ofício é o de só trabalhar a terra, verdadeiros patriotas que produzem o nosso alimento, não pode ser confundida com os antipatriotas caloteiros como os ex-dirigentes do BNCC, do IBC, da COBEC, da COROA-BRASTEL, do BRASILINVEST e mais recentemente do escândalo e negociatas do COMIND, AUXILIAR e MAISONNAVE, cujos crimes permanecem impunes. A alegação de que os agentes financeiros envolvidos no episódio do Vale do Ivaí, inclusive o Banco do Estado do Paraná, estão cumprindo determinações do Banco Central, não tem qualquer legitimidade. O Banco Central não tem moral e nem autoridade para executar os pobres agricultores do Vale do Ivaí, por que tem acobertado essas quebraadeiras intencionais destes Bancos e, inclusive injetado dinheiro público para cobrir os rombos que, na linguagem popular, não passam de verdadeiros "chunchos". O Governo do Paraná não pode deixar que tais coisas aconteçam, passivamente, sob pena de jogar no lixo as propostas inseridas em suas Diretrizes de Governo.

O Partido Comunista Brasileiro vem de público manifestar o seu total repúdio a estas medidas que trazem a intranquilidade e o desespero aos agricultores responsáveis

pela nossa produção alimentar.

A execução judicial, isto é, a retirada do meio de produção e da força de trabalho dos agricultores, que é a terra em que produzem, se constitui em mais um ato desumano dos capitalistas do setor financeiro que não se contentam com o lucro fácil, mas exigem também o sangue do nosso agricultor, enfim, a sua morte por inanição.

Justamente no momento em que as forças progressistas paranaenses exigem o cumprimento do acanhado, tímido e já ultrapassado Plano Nacional de Reforma Agrária para tentar minorar o sofrimento dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, dos bóias-frias, dos posseiros, acampados e assentados, tenta-se com essa medida discriminatória, discricionária e irracional, criar novos sem-terras, novos marginalizados, privilegiando ainda mais os grandes fazendeiros.

O Partido Comunista Brasileiro não se calará enquanto as justas reivindicações dos operários e dos trabalhadores rurais e urbanos estiverem sendo ameaçadas.

O PCB, ao se solidarizar com os agricultores do Vale do Ivaí, propõem:

1. Moratória a todos os agricultores em débito com os agentes financeiros;
2. Que o Banco do Brasil ou o Banco Central assumam essas dívidas a Fundo Perdido, a exemplo do que vêm fazendo com os "Bancos Falidos";
3. Que o Governo do Estado do Paraná gestione junto ao Governo Federal, a criação de um Fundo Especial de Assistência para cobrir as despesas de custeio e manutenção das famílias dos agricultores atingidos pela calamidade, e que esse Fundo seja devolvido a médio e longo prazos, com juros subsidiados, pelos agricultores, através de sua própria condução;
4. Que seja implantada, sem mais demora, a Reforma Agrária no Paraná, como forma de viabilizar a agricultura de abastecimento interno, cuja produção é quase que exclusivamente originária das pequenas e médias propriedades.

Com essas medidas, entende o PCB, o Governo, quer Estadual, quer Federal, estará fazendo JUSTIÇA e trazendo a PAZ a esse campo tão revoltado com a insensatez e a falta de uma política agrícola e agrária que proteja e dê segurança aos pequenos e médios agricultores do Paraná.

Essas, as propostas concretas do Partido Comunista Brasileiro.

PAZ, PÃO, TERRA, LIBERDADE, essas são as palavras de ordem que os comunistas querem resgatar, que consta em seu Manifesto e Programa de 1922, e que nos tiraram enquanto estávamos na ilegalidade. PAZ, PÃO, TERRA e LIBERDADE para produzir é o que exigimos para os agricultores do Vale do Ivaí.

COMISSÃO REGIONAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sena encaminhada correspondência ao Sr. Governador José Richa e ao Sr. Secretário dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, sugerindo seja dado o nome de RODOVIA NOSSA SENHORA DA CONSOLATA ao trecho da PR-180, compreendido entre os Municípios de Nova Aurora

e Cafelândia.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno REQUER seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inteiro teor da matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", do dia 15 de dezembro de 1985, intitulada "O Paraná, a Seca e o Xisto", de autoria do Professor Arsênio Muratori.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, usamos da palavra para solicitar inicialmente à Mesa da Casa, que mande publicar na Ordem do Dia da Sessão de amanhã, o inteiro teor e a Emenda Substitutiva da CCJ do Projeto de Lei n. 244/85, que hoje entra em primeira votação.

Em segundo lugar, ainda neste Pequeno Expediente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para solicitar aos componentes desta Casa, o apoio ao requerimento de nossa autoria, que envia moção de apoio à paralisação dos vendedores de jornais e revistas.

Por serem justas as reivindicações, conforme se pode comprovar pelo inteiro teor da nota oficial da Associação Profissional dos Vendedores de Jornais e Revistas e empregados de empresas distribuidoras de jornais e revistas de Curitiba, que anexamos ao requerimento quando exporiam seu processo de luta que já há algum tempo vem se desenrolando, e que em assembléia nacional realizada no último dia 10, os vendedores de jornais e revistas de todo o País deliberaram por uma paralisação nacional no tocante à venda de alguns produtos que a classe nacional dos jornaleiros vem sendo prejudicada.

Particularmente, algumas grandes empresas editoras em nosso País não concordam com uma reivindicação de acréscimo da comissão de venda deste material e que vem levando a uma situação insustentável para a permanência no mercado deste tipo de trabalho.

A Associação de Curitiba dos Vendedores de Jornais e Revistas e Empregados de Empresas Distribuidoras, têm já uma tradição de luta junto à Prefeitura de Curitiba, reivindicando e conquistando alguns direitos e agora soma-se à classe dos jornaleiros, nacionalmente, fazendo coro a esta reivindicação e nada mais do que justo que os Srs. Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná, tomando conhecimento destas justas reivindicações, venham a emprestar o seu apoio e, portanto, é o que solicitamos na votação deste requerimento.

Em terceiro lugar, ainda dentro do Pequeno Expediente, damos conhecimento aos Srs. Deputados da Casa, do requerimento, também de nossa autoria, que envia correspondência ao Sr. Governador do Estado, encaminhando a proposta do Partido Comunista Brasileiro, para solucionar o

problema emergencial dos agricultores do Vale do Ivaí.

Já tivemos a satisfação de ouvir e de acompanhar pela imprensa, principalmente, o pronunciamento dos Deputados Artagão Mattos Leão e Orlando Pessuti, e o Partido Comunista Brasileiro tendo também acompanhado e atuado na Região do Vale do Ivaí e sentindo a gravidade do problema deliberou aprovar e lançou em nota oficial, neste final de semana, um apoio aos agricultores do Vale do Ivaí, somando-se às demais forças que lutam pela solução do problema, apresentando concretamente as propostas, uma proposta de quatro itens, a saber:

1. A moratória a todos os agricultores em débito com os agentes financeiros;

2. Que o Banco do Brasil ou o Banco Central assumam essas dívidas, a fundo perdido, a exemplo do que vêm fazendo com os Bancos Falidos;

3. Que o Governo do Estado do Paraná gestione junto ao Governo Federal a criação de um fundo especial de assistência, para cobrir as despesas de custeio e manutenção das famílias dos agricultores atingidos pelas calamidades e que esse fundo seja devolvido a médio e a longo prazo, com juros subsidiados pelos agricultores, através de sua própria condição;

4. Que seja implantado sem mais demora, a Reforma Agrária no Paraná, que implica não só na questão da distribuição da terra, mas também de uma nova política agrícola, como forma de viabilizar a agricultura através do abastecimento interno, cuja produção é quase que exclusivamente originada pelas pequenas e médias propriedades.

São estes dois requerimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que submetemos à apreciação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nesta oportunidade e portanto no Grande Expediente, queremos solicitar aos Srs. Deputados, o apoio ao requerimento que estaremos dando entrada à Mesa Executiva desta Casa, que implica na retirada de pauta dos Projetos de Leis números 317 e 328/85.

Respectivamente, o que trata da regularização, no caso o número 317/85, Regularização dos Créditos Tributários devidos em decorrência de infração à legislação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias, mediante dispensa de parte dos valores de multa, juros e correção monetária, conhecido como Anistia Fiscal.

E o de número 327/85, que autoriza o Poder Executivo a colocar no mercado e resgatar títulos de dívida pública do Tesouro do Estado do Paraná.

Apesar de ambos os projetos terem tramitado em terceira votação discussão e votação na semana passada, pelo fato de termos tomado conhecimento, somente neste final de semana, de pareceres emitidos pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná e pelo Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina, que lhe apontam aspectos extremamente delicados e obscuros, que necessitam uma melhor apreciação por parte tanto dos Senhores Deputados como por parte do Governo do Estado, é que tomamos a iniciativa de trazer aqui nesta tarde esta nossa proposição ou seja, da retirada de pauta, ainda num regime que

prevê para os próximos dias a votação em Redação Final.

Farei a leitura de trechos desses pareceres que mencionamos, da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Economia e da Federação dos Bancários do Paraná.

Primeiro lugar o da Universidade Estadual de Londrina, o parecer sobre o anteprojeto de lei que cria incentivos à regularização de débitos tributários, conhecido como anistia fiscal, o anteprojeto em apreço refere-se à criação de incentivos financeiros, para a regularização de débitos tributários pendentes, de responsabilidade de contribuintes devedores do Tesouro Estadual, propõe a dispensa dos valores de multas, juros e correção monetária do principal, digo a dispensa de 70 por cento dos valores de multas, juros e correção monetária do principal, para pagamento de quota única, ou parcelamento em 6 meses, com juros e correção. Em outras palavras, os incentivos propostos, no anteprojeto, consubstanciam a popularmente conhecida anistia fiscal e assim atualizados, incide sobre juros, multas e também correção monetária do principal. Somos de Parecer que: 1) - o não recolhimento do ICM, apurado em guia de informação e apuração, ou qualquer outro meio, imputa ao contribuinte declarante a condição de apropriante indébito, de importância cobrada ao consumidor nos preços das mercadorias vendidas. O verdadeiro contribuinte, pagador do tributo, já o fez, no ato da aquisição dos bens, cujo fato gerador custa uma nota fiscal, emitida no momento da transação comercial, esta é uma característica privativa dos impostos indiretos, pagáveis pelo contribuinte e consumidor e imputáveis no preço de venda de mercadoria.

2) - O contribuinte, pessoa jurídica, declarante do débito, ao não proceder recolhimento ao Tesouro Estadual, do valor do recolhimento correspondente ao cobrado do consumidor está lesando a sociedade que a ele confia a intermediação dos recursos a serem passados aos cofres públicos, para sustentar serviços da comunidade. Assim, a concessão de vantagens financeiras ao contribuinte infrator, que atinge o principal do débito, converte-se em autorização legal, ou legalizada para apropriação indébita dos valores cobrados do consumidor.

3) - É de se admirar, pois, que qualquer incentivo à regularização de débitos tributários pendentes, decorrentes de infração à legislação pertinente ao ICM, atinjam apenas aos juros das multas e outros acréscimo, sobre o principal corrigido.

4) - De outro lado, a concessão de vantagens e privilégios ao contribuinte infrator se constitui estímulo a práticas ilícitas, como, não recolhimento de impostos na época devida, além de se tornar perigoso precedente para um aumento significativo deste comportamento lesivo ao Tesouro Público.

Sabe-se que, no mundo dos negócios, os valores econômicos e o princípio da legalidade, sobrepõe-se aos valores morais, deixar de pagar o ICM, passa a ser um bom negócio a quem o faz.

Face a estes considerandos, concluímos, que, A) - Os incentivos à regularização dos débitos tributários pendentes, deve-se restringir à eliminação, mesmo que total, dos juros, das multas, das despesas acessórios. B) - Deve ser mantida a correção monetária do principal do débito, utilizando-se a variação do ICM. C) - Dever ser concedido parcelamento do total apurado, segundo a possibilidade de caixa do contribuinte, durante o qual incidirá a correção monetária, conforme item 5b, acima, sem juros e multa.

Outro parecer, também da Universidade Estadual de Londrina, diz respeito ao Projeto de Lei Ordinária, que autoriza ao Poder Executivo a emitir dívidas da Dívida Pública. Em resu-

mo, são estas as considerações após premissas considerações no sentido da natureza deste tipo de mecanismos financeiros, os autores do Parecer, do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina dizem: 1) - O anteprojeto de lei em apreço, não define os limites de endividamento, pela emissão de Títulos da Dívida Pública, dando ao Estado poderes para lançar montantes sob a obediência única à Legislação Federal, pertinente à matéria. Julgamos ser necessário que o próprio Estado estabeleça os seus limites de endividamento, por esta via, que, vale lembrar, está sendo proposta para a sustentação de serviços públicos e nem serviços sociais, mas, sim para financiar empresas privadas.

Oferecemos, para análise preliminar, a sugestão de limitar o total de emissão em montante, equivalente à capacidade de investimento do Estado, durante 5 anos, entendendo-se como tal a diferença entre arrecadação própria e a transferida, menos as despesas de custeio.

2) - O anteprojeto não dispõe sobre a possibilidade do Estado utilizar os recursos captados pela venda de títulos da Dívida Pública para amortizar débitos de financiamentos já existentes tomados junto a entidades bancárias.

Julgamos importante autorizar o Tesouro Nacional a aplicar o produto de venda de títulos em amortizações de débitos bancários desde que contratados as taxas mais altas do que as pagas aos adquirentes destes títulos.

3º) - O Estado deve ser autorizado a utilizar os recursos captados nesse mercado, para fazer investimentos em áreas sociais e de longo prazo de maturação, desde que, também, não haja possibilidade de empréstimos bancários a taxas inferiores às pagas pelo Tesouro Estadual.

4º) - Não se deve permitir a utilização desses recursos para correr a despesas de custeio, tais como pagamento de Pessoal, Material e Serviços;

5º) - O Estado não poderá pagar aos adquirentes de títulos da Dívida Pública, remuneração global, correção monetária, mais juros, superior à paga pelo Governo Federal, na colocação de títulos da União no Mercado Financeiro. Esta medida visa resguardar o mecanismo de sua atuação da taxa de juros, não permitindo que o Estado seja indutor do encarecimento do dinheiro no mercado captador.

6º) - Não permitir a vinculação da remuneração dos títulos públicos às variações cambiais em relação ao dólar ou qualquer moeda estrangeira;

7º) - O Estado não poderá conceder empréstimos às empresas privadas, com recursos provindos do fundo formado pela venda de títulos do Tesouro Estadual, com subsídios e encargos, ou seja, o custo de captação, correção monetária mais juros, não poderá ser superior ao custo de empréstimos".

É os três últimos itens do Parecer do Professor de Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina;

8º - Entendemos importante constar do projeto final que o agente financeiro encarregado de gerir o fundo ou parte dela, ofereça garantias no Tesouro Estadual, quando se tratar de instituição de crédito alheia ao sistema financeiro público. "Isso no projeto de lei não está bastante claro.

9º - A fim de não se permitir um "overnight" paranaense, os títulos não reajustáveis resgatáveis pelo valor de face, não deverão ter prazo de vencimento inferior a 30 dias, somente podendo ser recomprados antes do vencimento, com perda de metade dos juros e correção após decorridos os primeiros 10 dias da aquisição e com perda total de juros e correção, se a recompra se fizer antes da decorrência de 10 dias da

aquisição.

10.^o — O anteprojeto dispõe vagamente sobre a instituição do fundo de liquidez da dívida pública, destinado a garantir o resgate dos títulos emitidos, particularmente se ocorrer inadimplência por parte dos tomadores de empréstimos e julgamos necessário explicar como o fundo seria formado, com que recursos, em que montante, e quais os termos de sua movimentação e aplicação.

Esses são os dois pareceres assinados referendados pelo Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina.

A Federação dos Bancários do Paraná, elaborou um extenso parecer, são 11 páginas, com o título "NOSSAS OBSERVAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO "ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS — AÇÃO DO GOVERNO" que foi remetido em 22 de novembro, à Chefia da Casa Civil do Governo do Paraná.

Em seu Parecer, os bancários do Paraná, representados pela sua Federação, alertam ao Governo e a nos entregar esse parecer neste final de semana, alertam aos Deputados Estaduais do Paraná, de todos os Partidos, sobre a aventura que seria, sem um exame mais detalhado de ambos os projetos por parte tanto do Governo como por parte dos Senhores Deputados, de se poder introduzir as correções necessárias.

Alguns trechos desse parecer: A respeito do papel que o Governo do Paraná tem a desempenhar no tocante à condução da política de reaquecimento da economia, a própria centralização supracitada do Governo Federal, mostra que todos os mecanismos e instrumentos de política econômica estão concentrados na mão deste Governo.

E isso significa que nenhum Governo Estadual terá condições de adotar políticas salariais, distribuição de renda, creditícia, de momento industrial, fundiárias ou qualquer outra que defira da Política Nacional do momento dado.

Os Governos estaduais só poderão influir na condução da economia quando forem descentralizados os vários instrumentos de política econômica, a saber: política agrícola, industrial, tecnológica e tributária.

Na falta de indicadores que venham comprovar a assertiva anteriormente mencionada, mostrou-se dois indicadores com dados divulgados pelo IPARDES, em seu boletim, ou seja, em relação da dívida total, receita total, a serviço da dívida total, receita total nos anos de 1981, 1984, no Estado do Paraná, aonde se comprova pelos documentos oficiais do IPARDES, um crescimento dessas relações, e do serviço da dívida com a receita. Chegando no ano de 1984, o fato de existir 18.03 por cento da dívida sem cobertura da receita.

Ao apresentar o item seguinte no Parecer dos Bancários do Paraná, o projeto de lei relaciona vários objetivos: 1 — Geração de empregos, e reposição dos que a recessão eliminou.

2 — Ampliação da Geração de Tributos. 3 — Reversão da tendência da receita do ICM. 4 — Utilização da capacidade industrial do setor industrial. 5 — Aproveitamento do potencial de crescimento na área pecuária. 6 — Integração das atividades produtivas.

Em seguida, o Parecer dissecava cada um desses objetivos, apontando para uma variação de que não será com instrumentos da ordem que se propõe no projeto, o lançamento de títulos da dívida pública, que se poderá atingir os objetivos apresentados. Numa argumentação fundamentada, numa análise econômica e não sendo conhecedor da matéria, mas ouvindo nesses dois dias, vários especialistas no campo, são unânimes em

respaldar essa análise.

Logo mais adiante, diz o Parecer dos bancários do Paraná: "Quanto às ORTTRs e LTTRs, explica-se que o objetivo desses instrumentos que servem somente para dívida do setor público, é de canalizar os recursos por eles captados nos setores privados. Que setores privados? Para que utilizar desta forma os mecanismos de dívida pública cuja finalidade real em todos os outros Estados é de financiar programas e projetos no setor público na área social? E quanto ao aumento da capacidade de financiamento em bancos estaduais? Em que bancos? Estaduais ou privados? Será que teremos essa poupança ao financiamento da produção?"

Pelo que se sabe, as atuais distorções do sistema financeiro direciona todo o excedente financeiro para especulação em títulos de um modo geral, especificamente nos títulos públicos, os quais possuem uma liquidez infinita. Além disso, esses instrumentos da dívida pública poderão ter objetivos políticos, carreando-se dinheiro barato aos especuladores, que possuem excedente financeiro, pois a recessão os fez diminuir sua produção, e por conseguinte os seus lucros são direcionados somente nessa grande ciranda em que se transformou o sistema financeiro brasileiro.

Por isso pergunta-se, com que objetivos o Governo paranaense pretende aplicar o dinheiro do contribuinte? Ou seja, transfiri-lo a baixo custo para alguns grandes especuladores? Em relação ao aumento de capital do BADEP e BRDE. Para que isso? Não será para cobrir inadimplência por parte de seus devedores. Outrossim, não haverá incremento algum na economia. Será recurso morto para cobrir juros inadimplentes tal qual está ocorrendo na economia brasileira com sua dívida externa. Ou seja, dinheiro novo para ser contavelmente apenas esterilizado.

Ao se tratar de dilação do prazo do ICM, para que aperfeiçoar esse mecanismo? Ele não acabou de ser aperfeiçoado? De que trata a instrução da Secretaria de Finanças 949/85? Quais os detalhes técnicos deste instrumento? Quais os cursos desse benefício? Já não está utilizando demais os recursos do imposto regressivo pago à vista pelo consumidor para financiar contribuintes?

Outrossim, qual é o curso de dilação do prazo do ICM? Qual é o curso da inadimplência? Qual o valor do ICM potencial e efetivamente arrecadado? Para onde vai esse aperfeiçoamento? O que se pretende, é uma anistia fiscal. O sistema de cadastro do ICM implica em que uma empresa possa ter inúmeros estabelecimentos. Isso significa que essa anistia possa beneficiar grandes empresas, e que não apenas isso, os valores são significativos individualmente para cada estabelecimento e que serão anistiados. Pode atingir montante elevado na somatória de estabelecimentos, beneficiando grandes empresas e em valores muito mais significativos do que poderão usufruir empresas com poucos estabelecimentos.

No entanto, o pior mesmo, é a discriminação que a anistia estabelece para o pagador do imposto em dia, e esse talvez tenha pago em dia, após ou melhor, apesar das dificuldades financeiras, pois acreditou no plano de ação do Governo Richa que afirma jamais anistiar.

Se a Secretaria de Finanças está com problemas na cobrança desses débitos primeiro, deveria ter refletido melhor em 83 quando enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei alterando os percentuais de juros e correção monetária sobre débitos do ICM em atraso.

Não que a forma antiga fosse adequada, pois não havia

nenhuma vantagem em pagar em dia com juros e correção tão baixos, mas talvez não se tenha analisado melhor as consequências da mudança.

Segundo, a anistia não é solução para impasses internos da dívida ativa da SEP. Outrossim, onde estão os dados do impacto do débito, que montante, quais empresas que devem? Qual o argumento para os demais contribuintes que pagam em dia? Qual o argumento por não se ter cumprido diretriz de Governo? Ou também, quais os débitos e se realmente são apenas empecilhos para a máquina administrativa, isto é, sua manutenção é mais cara que o próprio perdão.

Quanto às prioridades que agentes financeiros apresentarão aos projetos, os Bancos estatais do Estado ou os Bancos privados na maior parte dos Estados quem administra e intermedia as ORs e LTs no mercado são os Bancos estatais.

Dessa forma pergunta-se: qual será o distribuidor neste caso? O Banco estatal ou o Banco privado? E no caso do último, qual? O programa não deixa isso claro, pois na página 16 — "Fluxo e Captação" — "Aplicação e Retorno dos Recursos Financeiros", traz somente os nomes da Corretora Banestado, BADEP, e já no anteprojeto de lei isso, senhores Deputados, é bom que se verifique, relativo ao lançamento das ORs e LTs, o Artigo 3.º em seu parágrafo 1.º diz: "Os recursos previstos nesta lei serão emprestados somente às empresas localizadas no Estado do Paraná através de instituições de crédito sediadas no Paraná ou nas que o Governo do Estado possua participação."

Novamente o que se percebe em relação à aplicação dos recursos, os seus destinos são vários, os quais somente a política econômica do Governo Federal poderá concretamente orientar, o que poderá ocorrer na prática, é a transferência de dinheiro barato, captados junto ao contribuinte, para grandes especuladores aplicarem no sistema financeiro.

Quanto ao seu 6.º item, fala-se que o custo dos recursos para os tomadores finais será menor que as outras fontes do mercado financeiro, mostrando que para o mês de setembro, esse custo seria correção monetária, mais juros efetivos de 16 a 16,5 ao ano. Porém, como se chegou ao cálculo? Será que é só isso o custo real para tomador final? Enfim, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, não vejo como fugir à responsabilidade de trazer à apreciação dos Senhores Deputados dessa Assembléia o nosso requerimento que solicita a retirada de pauta dos Projetos ns. 317/85 e 327/85 que, embora tendo já tramitado em 3.ª votação nesse Poder, diante da seriedade não só da argumentação, como dos autores desses pareceres que aqui acabamos de apresentar e que estará à disposição de cada um dos Srs. Deputados na Mesa da Casa. Seriedade tanto do conteúdo da análise, como das autoridades respectivas. Professores do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina e a Federação dos Bancários do Paraná, duas instituições que têm um nome a zelar e que ao dar conhecimento dessa documentação a esse Poder, aguardam a sua resposta, aguardam a tomada de posição coerente deste Poder, no sentido de que venham a ter a resposta às suas considerações, não só deste Poder, como do Governo do Estado.

Creio que, da parte do Governador José Richa, tão logo tenha conhecimento dessas análises, remeterá aos estudos pertinentes.

Agora, também acho dever deste Poder tomar a mesma atitude. No aguardo portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do pronunciamento dos demais colegas.

Era isto o que tínhamos a dizer neste momento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Consulto à Liderança do Partido Comunista Brasileiro se fará uso da palavra no horário das Lideranças.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Imediatamente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, considerando já esgotado da minha parte a intervenção no assunto a que acabamos de abordar, da maior gravidade e que esperamos que as demais lideranças partidárias e Deputados venham a se pronunciar nos seus horários respectivos, nós assumimos esse Horário da Liderança do Partido Comunista Brasileiro para também solicitar, mais uma vez, aos Srs. Deputados, o apoio que eu tenho certeza será de coração e de ação, num requerimento pelo qual nós solicitamos em caráter urgentíssimo ao Sr. Governador do Estado, a intermediação da Secretaria do Trabalho na greve dos trabalhadores da construção civil em Londrina, Cambé e Ibiporã, bem como a orientação à Secretaria de Segurança Pública, para que, ao desempenhar as suas funções, não permita excessos de violência.

Como os Senhores Deputados devem estar acompanhando pela imprensa, hoje ingressa no 5.º dia de paralização os trabalhadores da construção civil em Londrina, Cambé e Ibiporã, numa justa reivindicação, de reposição, aumento salarial, e algumas condições de trabalho. Lamentavelmente alguns fatos correlatos ao episódio acontecem e que transformam essa greve numa situação de impasse e podendo caminhar nas próximas horas para uma situação explosiva, por assim dizer.

Por um lado, a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que é legal mas que é omissa, que foi superada pela sua própria categoria ficando isolada numa Assembléia, da 6.ª feira, quando somente quatro diretores compareceram enquanto que a categoria toda estava presente na Concha Acústica de Londrina.

Portanto, por um lado uma Diretoria, um movimento que tem uma Diretoria que seria a orientadora, a condutora legal do movimento, a parte é totalmente superada.

Recentemente eleita, é bom que se diga. Por outro lado, os empresários da construção civil em Londrina, e nós tivemos contactos com ambas as partes pela manhã, impossibilitados do ponto de vista legal de participar das negociações, porque se constitui como uma Associação profissional somente, enquanto a sede, o Sindicato que os representará em Curitiba é alheio, embora tenha participado hoje de uma mesa de negociação na Delegacia Regional do Trabalho, mas diante dos acontecimentos e rígido na falta, na impossibilidade de negociação e da concessão de algumas conquistas.

Em terceiro lugar, a permanência absurda de uma legislação de greve anacrônica, superada que ainda o Governo da Nova República ainda não conseguiu jogar na lata do lixo.

Esses episódios, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apontam para uma situação de impasse, concreta, já criada a essas alturas, a sessão do Tribunal Regional do Trabalho já deve ter transcorrido provavelmente com a decretação da ilegalidade da greve que já vem reforçar a situação e os anúncios de demissões em massa entre os trabalhadores grevistas de Londrina, por um movimento que, embora sem uma condução legal pelo seu Sindicato, vem tendo uma condução, pelo comando de greve, com apoio de trinta entidades e partidos políticos da região, e fora da região, e que vêm conduzindo corretamente o movimento, mas que, pela própria condição de desespero que podem passar a viver esses trabalhadores nas próximas horas, pode gerar essa situação explosiva como nós estamos

apontando.

Diante disso tudo é que nós solicitamos aos Srs. Deputados deste Poder, que, aprovem requerimento de nossa autoria solicitando, em caráter urgente, ao Sr. Governador do Estado, que, proceda a intermediação, através da Secretaria do Trabalho, nessa questão, o que ainda não ocorreu, e que a Secretaria de Segurança seja alertada porque nas próximas horas o "tempo deve esquentar!"

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Com satisfação, concedo aparte ao Sr. Deputado Fiori Luiz, que com certeza tem acompanhado também, a situação, esteve na região e deve trazer alguns esclarecimentos, a nós todos.

O Sr. Fiori Luiz — Apenas, Deputado Márcio Almeida, para corroborar as suas palavras e apoiar essa sua iniciativa, de solicitar a intermediação da nossa Secretaria do Trabalho, no impasse criado em Londrina, com a greve dos operários da construção civil; são 180 obras paralisadas, em Londrina, sem contar as de Cambé e de Ibiporã. Londrina hoje apresenta um progresso extraordinário no seu setor imobiliário, isso gera reflexos no campo econômico, e gera o fator social, porque na verdade, os operários, da construção civil, como já disse o poeta, em u'a música, "constrói a escola e o filho não tem possibilidade de estudar nessa escola; constrói um prédio, e ele é barrado na entrada". Na verdade, é uma situação muito difícil desses operários, e eu concordo plenamente com a colocação de que, a Secretaria do Trabalho poderia, perfeitamente, buscar um ponto de convergência entre as duas partes litigantes, para que nós possamos ter a paralização dessa greve, que os operários possam ser atendidos nas suas reivindicações básicas; e reforço também a sua colocação com relação ao anacronismo da lei de Greve neste País.

Quero parabenizá-lo, Deputado, por essas colocações!

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Deputado Fiori Luiz, é evidente que o seu tamanho não só esclarece, contribui para o esclarecimento da situação, que, se é explosiva, se prenuncia ser explosiva no Norte do Paraná, é bom que se diga que, também aqui em Curitiba e em outras regiões do Estado os trabalhadores da construção civil vêm sofrendo das mesmas consequências, e há necessidade de que esse impasse venha a ser solucionado, no sentido da superação, da conquista de alguns desses direitos legítimos que vêm sendo reivindicados, impasse que passa por uma negociação entre os setores da capital, e os setores do trabalho, evidentemente que nós não temos ilusão, e nem os trabalhadores — muito menos ele os trabalhadores da construção civil como de resto os demais trabalhadores brasileiros — de que, as injustiças e a exploração do seu trabalho deixarão de ocorrer, com a conquista dessas reivindicações que vêm sendo apresentadas. Nós todos sabemos que, no modelo capitalista que vivemos, o conflito entre capital, e trabalho, é permanente, cotidiano, é uma situação inerente às próprias leis econômicas que administram, que geram, que conduzem, um processo capitalista de produção; nós lutamos contra esse processo, acreditamos na capacidade do povo brasileiro de superar esse regime capitalista, implantar uma nova sociedade em que o capital e o trabalho tenham de fato a sua contribuição na geração das riquezas, mas, sem ocorrer a explo-

ração do trabalho do Homem pelo Homem, o que não impede, e aí acho que é um exemplo concreto na prática, como apresentamos naquele nosso discurso de instalação da Bancada do PCB nesta Assembléia, e quando nós dizíamos que, além de representar, de trazer aqui, de continuar representando junto com os demais companheiros Deputados deste Poder, especialmente os Deputados do PMDB, aquelas camadas dos setores populares, das classes trabalhadoras que têm os seus interesses e os seus direitos vilipendiados pelo regime capitalista. Mas que nós entendíamos — como entendemos — que no modelo do sistema capitalista internacional que nós vivemos, em que o Brasil se encaixa como dependente desses monopólios financeiros e industriais.

E também é tarefa nossa, do Partido Comunista Brasileiro, o tratamento das questões que envolvem o capital nacional. E é inegável que o setor da construção civil no Brasil todo — especialmente lá na Região do Norte do Paraná, em Londrina — é um setor genuinamente nacional. Eu desconheço (é provável que até haja) que dos setores da construção civil em Londrina haja a participação majoritária do capital estrangeiro. Na verdade vivem a construção civil, os empresários da construção civil no Norte do Paraná, como no restante do País, as consequências de toda uma política econômica e financeira que os coloca também na triste condição de indigentes das verbas e dos recursos, repasses do Sistema Financeiro da Habitação etc.

E nesses casos concretos como a luta da classe operária na construção civil, no caso da região de Londrina, Cambé e Ibiporã, na defesa das suas reivindicações, nós encontramos uma classe patronal que, lá em Londrina, está intensamente interessada na negociação, na superação do impasse e que se vê impossibilitada porque o Sindicato da Construção Civil do Paraná, sediado em Curitiba, faz vistas grossas e é inegável a uma solução negociada que interessa a comunidade, como muito bem disse o Deputado Fiori Luiz, interessa não só a classe operária da construção civil de Londrina, Cambé e Ibiporã, mas interessa à comunidade de Londrina, pois é o setor que economicamente gera e circula riquezas.

Diante dessas avaliações, Senhores Deputados, é que nós nos sentimos bastante a vontade para acreditar-se a exemplo do Deputado Fiori Luiz que se pronunciou, os demais Deputados também aprovarão este requerimento, com certeza, e que levou talvez independente deste requerimento, eu acredito que até talvez independente deste requerimento — que o Governo do Paraná venha a orientar a sua Secretaria de Trabalho a intermediar as negociações mesmo com a decretação da ilegalidade que deve ter ocorrido, que não permita o Governo do Estado, que negocie também e intervenha no sentido de não permitir as demissões, e que a Secretaria de Segurança Pública, como já tem ocorrido em outros episódios, se conduza de uma forma a não permitir as violências que no passado era a "pedra de toque" do tratamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra à Representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) Concedo a palavra à Representação do PDT. Ausente.

Concedo a palavra à Representação do Partido da Frente

Liberal.

O SR. IVAN GUBERT — Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Concedo a palavra à Representação do PMDB.

O SR. LUIZ COSTA — Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando dispensa de votação em Redação Final, para os Projetos de Lei aprovados em 3ª Discussão, que não sofreram emendas em suas tramitações, assim como para os que forem aprovados até o final do presente período extraordinário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, para declarar o voto contrário, por entender que matérias de tamanha relevância, especialmente do Período Extraordinário, devem merecer um acurado exame por parte de todos os Srs. Deputados Estaduais.

Não posso concordar que, em nome da agilidade ou da rapidez do processo legislativo, se tente tolher o direito de ver os Deputados Estaduais em analisar com profundidade, até o último momento, todas as matérias de tamanha importância para a vida econômica, especialmente para o Estado do Paraná.

Por isto, a Bancada da Oposição, nesta Casa, vota contrariamente ao requerido pelo Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Requeiro Requeiro verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela Ordem) Atendendo um pedido de nossa Liderança, solicitaria a retirada deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) — Retirado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 326/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 223/85), que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21/12/72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10/12/67, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.F., Com Emenda de Plenário de 3ª Discussão. — Aprovado.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 322/85, de autoria

do Poder Executivo, (Mensagem n. 222/85), que objetiva majorar, a partir de 01 de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo público estadual e militar do Estado. Com Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Parecer Favorável da C.F., com Emenda de Plenário de 3ª Discussão — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 285/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 199/85), que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6508, de 13/12/73, e pelo Decreto n. 5012, de 05/12/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de dois anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino. Com Parecer Favorável da C.C.J., ao Projeto, e Emendas, por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Parecer Favorável da C.F.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA
AO PROJETO DE LEI N. 285/85

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:
"Art..... — Todos os funcionários integrantes do Quadro do Magistério que se encontravam em exercício na Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, em 20 de setembro de 1984, serão enquadrados na Parte Permanente do Quadro Geral do Estado, mediante transformação dos respectivos cargos, conforme consta abaixo:

- Professor de Ensino Primário Normal, nível PP01, para Assistente de Assuntos Culturais, padrão "F"
- Assistente de Assuntos Culturais, padrão "F", para Técnico de Assuntos Culturais, padrão "H";
- Professor de Ensino Médio, C-3/06, para Bibliotecário;
- Professor com Habilitação Profissional, para Bibliotecário;
- Professor Sem Habilitação e de Ensino Regional, para Assistente de Assuntos Culturais, padrão "F".

§ 1º — O enquadramento a que se refere este artigo, será procedido mediante requerimento do interessado, o qual deverá manifestar sua opção no prazo de trinta (30) dias a contar da data desta lei.

§ 2º — O requerimento deverá ser protocolado na Secretaria da Administração e entre os requisitos necessários à comprovação para o provimento do cargo, inclui-se o diploma do curso, previsto na Lei n. 4210, de 27 de abril de 1960, quando for o caso.

§ 3º — Aplica-se aos funcionários inativos disposto neste artigo."

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(aa) MÁRIO PEREIRA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,
MÁRIO PEREIRA e NILSO SGUAREZI

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Mário Almeida e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo dar solução ao enquadramento dos funcionários que se encontravam em exercício na atual Secretaria da Cultura, em 20 de

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)
Solicito de Vossa Excelência a leitura da emenda
do Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) O Sr. 1.^o
Secretário irá proceder a leitura da Emenda. —
(É lida a Emenda).
Em discussão o projeto e a emenda.
Em votação o projeto, ressalvada a emenda.
Os Srs. Deputados que aprovam a emenda,
queiram conservar-se como estão.

Em votação o Projeto. Os Srs. Deputados que
aprova o projeto, queiram conservar-se como estão.
Em votação a emenda, de autoria do Sr. Deputado
Djalma de Almeida César, que acaba de ser lida pelo Sr.
1.^o Secretário. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram
conservar-se como estão. — Aprovada.

3.^a Discussão do Projeto de Resolução 169/85.
O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)
Vossa Excelência não colocará em votação as
outras emendas de autoria de Vossa Excelência ao
Projeto de Lei n. 322/85, de acordo com o que consta
da pauta dos trabalhos.
O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) O projeto já
foi aprovado e as emendas também.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência
somente colocou em votação a emenda do
Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) O Projeto 322 já
é matéria vencida. Estamos procedendo a votação
do Projeto de Lei n. 285/85.

A título de esclarecimento, a Mesa informa que a
emenda aprovada, de minha autoria...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço a Vossa
Excelência, Sr. Presidente, e quero declarar ao
Paraná que louvo o trabalho de Vossa Excelência, ao
corrigir o Governo do Estado, pois que Vossa Excelência
declara nas emendas ao projeto anteriormente votado, que
o Governador José Richa, ao encaminhar a esta Casa,
proposta de majoração dos salários dos servidores públicos
estaduais e dos professores, equivocou-se por evidente
erro datilográfico.

Pobre do Paraná que tem um governo tão
displicente que, em matérias de tamanha relevância,
encaminha a esta Casa, com erros datilográficos, e louvo a
atitude fiscalizadora e perseverante de Vossa Excelência,
para corrigir os erros governamentais que estão sendo
praticados neste Estado.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury)

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 169/85,
(Mensagem n. 204/85, ex-Proposição n. 167/85),
oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da
C.C.J., que aprova Convênios celebrados pelo Estado
do Paraná, através da Secretaria da Administração,
objetivando a transferência de recursos e tecnologia
do sistema construtivo de natureza alternativa tipo
solo-cimento, com destinação que especifica. —

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 170/85,
(Mensagem n. 216/85, ex-Proposição n. 177/85), oriundo
do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que
aprova convênios celebrados em 12/11/85, entre o
Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento
e os Municípios mencionados, com a participação da
COMEC, objetivando a execução e implementação
de atividades constantes do III PROJETO EBTU/
BIRD, subprojeto PROPAU, que visa a implantação de
obras que beneficiem o sistema de transportes públicos.

— Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 244/85, de autoria
do Poder Executivo (Mensagem n. 184/85), que objetiva
alterar dispositivos da Lei n. 7297, de 08/01/80 (Código
de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná)
e adotar outras providências. Com Parecer Favorável da
C.C.J., com Emenda Substitutiva, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em
número de 7 (sete), devidamente apoiadas, nos seguintes
termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE NÚMERO 01
AO PROJETO DE LEI N. 244/85

Inclua-se, no Artigo 24, os seguintes itens:

"Art. 24 —

.....

Art. 211 —

.....

.....

13 — Barbosa Ferraz: compreendendo a sede e os
Distritos Judiciários de Curitiba, Pócinho, Tereza
Breda, Corumbataí do Sul e Borbônia (Município de
Barbosa Ferraz);

.....

.....

122 — São João do Ivaí, compreendendo a sede
e os Distritos Judiciários de Ubaúna, Santa Luzia
da Alvorada e Godoy Moreira (Município de São João
do Ivaí) e Lunardelli (Município do mesmo nome)".

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoiamto: Tuguo Setogutte, Ivan Gubert, Tércio
Albuquerque e Ezequias Losso.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 02
AO PROJETO DE LEI N. 244/85

O Artigo 22, mantido seu parágrafo único, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 — Ficam criados os Distritos Judiciários de
São José das Palmeiras (Município do mesmo nome), na
Comarca de Santa Helena, e Rancho Alegre do Oeste
(Município de Goioerê), na Comarca de Goioerê, e
Anahy (Município de Corbélia), na Comarca de Corbélia,
com as delimitações territoriais estabelecidas para o
município e distrito administrativo do mesmo nome,
respectivamente".

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

Apoiamto: Rubens Bueno, Ferrari Júnior, Tadeu

França, Djalma de Almeida César e Edmar Luiz Costa.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N. 03
AO SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI N. 244/85

Suprima-se no Art. 160, as expressões:
"ou concurso".

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: Rubens Bueno, Francisco Escorsin,
Nelson Vasconcellos, Sabino Campos e
Edmar Luiz Costa.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N. 04
AO SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI N. 244/85

O Art. 163. suprimido o seu parágrafo terceiro,
passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163 — A permuta no interesse da Justiça,
dar-se-á por ato do Governador do Estado".

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: Rubens Bueno, Francisco Escorsin,
Sabino Campos, Edmar Luiz Costa e Nelson
Vasconcellos.

SUBEMENDA DE PLENÁRIO N. 05
AO SUBSTITUTIVO GERAL DO
PROJETO DE LEI N. 244/85

O Art. 195, suprimido o seu atual parágrafo único,
passa a vigorar com dois parágrafos:

"Art. 195 —

§ 1.º — Mediante ato do Corregedor da Justiça, os
Auxiliares de Justiça poderão ser afastados do exercício
do cargo quando processados e condenados.

§ 2.º — Tão logo recebida a denúncia ou transitada
em julgado a sentença, o Juiz do processo remeterá ao
Corregedor da Justiça, cópia das respectivas peças".

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: Rubens Bueno, Francisco Escorsin,
Nelson Vasconcellos, Sabino Campos e Edmar
Luiz Costa.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 06
AO PROJETO DE LEI N. 244/85

Art. 1.º

EMENDA AO INCISO II, DO ART. 43.

O inciso III, do art. 43, passa a ter a seguinte
redação:

I —

II —

III — ser bacharel em Direito.

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Tadeu Lúcio Machado e Djalma de

Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados
do Brasil, pelo prazo de dois anos, no mínimo, não resulta
em nenhuma vantagem ao futuro magistrado, mas ao
contrário, é prejudicial à magistratura, dado que esta,
em termos de vencimentos, não apresenta grandes
atrativos.

Assim, o bacharel de inteligência privilegiada e
vacionado para a ciência do Direito, inicia nas lides
forenses, como estagiário e, em razão disso, quando
termina o curso, além de ter angariado razoável
experiência, tem, igualmente, considerável clientela e,
certamente, não aguardará, por período superior a dois
anos, para submeter-se ao concurso para Juiz Substituto,
não só em decorrência de sua advocacia bem sucedida,
bem como da baixa remuneração da magistratura,
aliada ainda à desvantagem dos transtornos da
peregrinação do Juiz pelo interior do Estado, com
constantes mudanças de residência, refletindo inclusive
na educação dos filhos.

Assim, se persistir essa exigência absurda, a
magistratura, salvo honrosas exceções, será composta, no
futuro, daqueles que fracassaram na advocacia, com
evidente prejuízo à segurança, à tranquilidade social e ao
prestígio da própria Justiça, pois é de seriedade, competência,
austeridade e imparcialidade dos juizes que reside a
inviolabilidade de nossa honra, liberdade e patrimônio, razão
pela qual a lei não pode dificultar o ingresso do jovem
idealista e vacionado para a difícil tarefa de julgar.

De igual modo, é a exigência contida na parte final do
referido inciso, quando dispensa o interstício de dois
anos, desde que o candidato faça prova da conclusão do
"Curso de Preparação para ingresso na Magistratura,
da Escola da Magistratura do Estado do Paraná", visto
que dita escola, apesar do alto padrão de ensino, é
restrita a uma turma de 35 (trinta e cinco) alunos, no
máximo, com o detalhe de que suas aulas são ministradas
somente na Capital do Estado, discriminando, em
consequência, os advogados que militam no interior, e
por isso, não têm condições de frequentar o Curso,
devendo, assim, ser suprimida do projeto essa exigência,
visto que o Tribunal poderá, no Regulamento do Concurso
ou no Regimento Interno, estabelecer certo gabarito, como
prova de título, para o candidato que fizer prova da
conclusão do curso de preparação para o ingresso na
magistratura, não havendo, portanto, nenhum
esvaziamento no interesse pela frequência à escola.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 07
AO PROJETO DE LEI N. 244/85

Acrescente-se ao: art. 219, o seguinte parágrafo
único:

"Art. 219 —

I —

II —

III —

IV —

V —

VI —

VII —

VIII -

IX -

X -

Parágrafo único. As 1ª, 2ª, e 3ª Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo, passarão a denominar-se, respectivamente, 19ª, 20ª e 21ª Varas Cíveis."

Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Djalma de Almeida César, Hermas Brandão,

Tadeu Lúcio Machado e Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

As três Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo, criadas pela Lei n. 7878, de 04 de julho de 1984, foram **extintas** pelo projeto que deu nova redação ao art. 219 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, visto que o inciso II **amplia** de 18 para 21 o número de Varas Cíveis, suprimindo o inciso II, referente às Varas de Procedimento Sumaríssimo, sem, contudo, deixar expresso essa extinção, bem como o fato de que as mencionadas Varas foram transformadas em Varas Cíveis não especializadas, havendo, assim, necessidade desse parágrafo, a fim de aclarar o texto legal.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, só para renovar a nossa solicitação no Pequeno Expediente, de que na sessão de amanhã, quando estaremos em 3ª Discussão deste projeto, que se publique na Ordem do Dia de todos os Deputados, ou pelo menos nas Lideranças de Bancadas, para que se possa ter acesso ao Substitutivo no seu inteiro teor.

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Eu gostaria que fosse lido o inteiro teor da emenda de Plenário. Declino, Sr. Presidente, em função de a Liderança do meu Partido ter me passado às mãos.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em discussão o projeto, emenda substitutiva e as emendas de Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo Geral. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda n. 01 — **Aprovada.**

Em votação as Emendas ns. 2, 3, 4 e 5. —

Aprovadas.

Emenda do inciso terceiro do Art. 42, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n. 07 — **Aprovada.**

O Substitutivo Geral, Projeto e Emendas, irão à Terceira Discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 334/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 228/85), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente, em moeda nacional, a US\$ 104.000.000 (cento e quatro milhões de dólares nos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar recursos necessários dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — (Public. no D.A. 143, de 11/12/85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 334/85

PARECER:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, número 228/85, o presente plano de lei objetiva a autorização para contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, até o equivalente a em moeda nacional, a US\$ 104.000.000 (cento e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a complementar recursos necessários para fazer face à rolagem do Serviço da Dívida Externa do Estado do Paraná - Administração Direta - vencíveis em 1986.

De acordo com o contido no Art. 47, item XIV, da Constituição do Estado, a iniciativa da presente matéria é de competência do Chefe do Poder Executivo, inexistindo, portanto, óbice de natureza constitucional, à aprovação da mesma, razão pela qual opinamos Favoravelmente.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
AMÉLIA HRUSCHKA — Relatora

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para declarar o nosso voto contrário da Bancada da Oposição, ao pedido de empréstimo internacional do Governador José Richa, do equivalente a cento e quatro milhões de dólares para rolar a dívida e financiar o déficit público para o exercício de 1986.

Hoje, discute-se a legalidade e a constitucionalidade do projeto; amanhã, em Segunda Discussão, teremos oportunidade de analisar o seu mérito e ingressar com as emendas, que no nosso entendimento, visam por fim a esse verdadeiro caos administrativo e financeiro que vive o Estado do Paraná, através dos pedidos de empréstimos internacionais e do lançamento dos Títulos de Dívida Pública Interna do Estado, o que compromete de maneira irresponsável o futuro e a soberania do nosso Estado do Paraná.

Portanto, declaro, Sr. Presidente, o voto contrário da Bancada da Oposição a esse projeto de lei, ao mesmo tempo em que votaremos favoravelmente ao projeto de lei que objetiva dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná como Banco Nacional de Habitação para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, e igualmente, votaremos favoravelmente ao projeto de lei que visa dar fiança ou autorizar o Governo do Estado a contrair empréstimos junto ao BNH, para construção de casas populares.

A bancada da Oposição nesta Casa, deseja fixar a sua posição, somos contra empréstimos para rolar dívida e empréstimos para aumentar o déficit público e votaremos favoravelmente às mensagens governamentais que objetivam construir obras em favor do desenvolvimento social do Paraná.

Nestas, a Bancada do PDS, diferentemente do que fazia a Bancada do PMDB nesta Casa quando era minoria

O PDS votará favoravelmente, porque acima dos interesses políticos partidários, devem ser colocados interesses paranaenses e, assim sendo, por se tratar de dinheiro para obras, o PDS votará favoravelmente. As que visam aumentar a dívida externa e financiar o déficit público, votaremos contrariamente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Em votação o Projeto de Lei n. 334/85. — **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT — (Pela Ordem) Sr. Presidente, apresentei uma emenda a este projeto, e não foi votada e nem discutida.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Será apreciada em Segunda Discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)
Para solicitar que Vossa Excelência mande constar nos Anais da Casa o voto contrário da Bancada do PDS, pelo arrazoado que fiz.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) A Mesa fará anotar.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 335/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 229/85), que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado. (Public. no D.A. n. 143, de 11/12/85, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 335/85

PARECER:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, número 229/85, o presente plano de lei objetiva autorizar a concessão de fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados, através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em obras a serem executadas por este órgão, entre dezembro de 1985 e 1987.

A iniciativa da presente matéria está de acordo com com os ditames dos artigos 25 e 47, da Constituição do Estado, e seu objetivo visa atender a elevados interesses públicos, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 336/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 230/85), que institui, na forma do inciso III do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentando pelo Art. 2º da Emenda Constitucional 27, de 28/11/85, o imposto

sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **(Public. no D.A. 143, de 11/12/85, Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 336/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 230/85, o presente plano de lei objetiva instituir, na forma do inciso III, do Art. 23, da Constituição da República Federativa do Brasil, modificado pela Emenda Constitucional n. 27, em seu Art. 2º, o imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no âmbito do Estado do Paraná.

A iniciativa da presente matéria está plenamente de acordo com o dispositivo na Constituição Federal, conforme já citado, e com o disposto pelo Art. 5º da Constituição do Estado.

Em assim sendo, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — Relator

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, com esta Mensagem o Governador do Estado objetiva instituir novo imposto no Estado do Paraná, de acordo com o dispositivo da Emenda Constitucional já apreciada e aprovada pelo Congresso Nacional.

Pois bem, se no Congresso Nacional foi necessária a Emenda Constitucional para o estabelecimento de novo imposto com a eliminação da Taxa Rodoviária Única, pois há que se distinguir entre taxa e imposto, é evidente, no meu entendimento, que a Assembléia deveria promover uma alteração constitucional e não uma Lei Ordinária, como manda Sua Excelência o Governador, a esta Casa, no anteprojeto que iremos votar a seguir.

Por esta razão, Sr. Presidente, e por ter lido, nos principais jornais do País que nos outros Estados os Governadores mandaram porposta de Emenda Constitucional e não Projeto de Lei Ordinário, e porque no Congresso da União Parlamentar Interestadual, realizado na quinta e sexta-feiras, em Manaus, pude obter a confirmação das Lideranças, dos diversos Estados, como Santa Catarina e São Paulo, de que a instituição do novo imposto foi feita através de Emenda à Constituição e não através de Lei Ordinária, voto contrariamente em Primeira Discussão a este projeto, solicitando que a Presidência da Casa e que a Liderança do Governo, entrem em contato, inclusive com outras Assembléias Legislativas, para que possamos promover as modificações e adaptações constitucionais legais à instituição deste novo imposto e não façamos, nesta votação, mais uma farsa na Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Continua em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para discutir) Sr. Presidente, além dos aspectos legais, levantados pela Liderança

do PDS nesta Casa, eu queria transmitir aqui, à Liderança do PMDB, nesta Casa, a nossa apreensão, com relação à votação desta matéria. A Taxa Rodoviária Única concede, na sua vigência, diversas isenções e também diversos parâmetros de taxaço, o que não ocorre em relação à Mensagem do Governo do Estado.

Mas, o que causa maior apreensão, Sr. Deputado Líder do PMDB, nesta Casa, é que hoje a tarifa de transporte coletivo, nas cidades brasileiras, é quase que proibitiva à população, principalmente à de baixa renda, os transportadores, os prefeitos, têm instado à Presidência da República, no sentido de que se subsidie ou o diesel ou a aquisição de veículos, de chassis, de carrocerias, de pneus e peças, isentando-se do IPI, a fim de transferir este subsídio à população que utiliza o transporte coletivo.

Até agora os esforços foram baldados, o Governo tem feito ouvidos de mercador a estas solicitações, a estes apelos que as Prefeituras têm encaminhado ao Governo Federal.

Agora, vem o Governo Estadual, na sua mensagem e também vai taxar o veículo de transporte coletivo com este imposto, que era isento, totalmente, pelo Governo Federal, da Taxa Rodoviária Única, e o Governo do Estado vai cobrar, quer dizer, isso será repassado à tarifa, não é o empresário que vai pagar esse imposto que recairá sobre o ônibus, sobre o transporte coletivo urbano; será repassada ao usuário do transporte coletivo, agravando ainda mais o drama tarifário com que se defronta, hoje, principalmente o assalariado de baixa renda.

Quero encaminhar aqui, através da Liderança do Governo, um apelo para que converse com o Sr. Governador, e que mantenha a isenção não só para o transporte coletivo, mas também para as entidades de assistência social, aquelas que realmente prestam, em lugar do Estado, assistência aos desfavorecidos da sorte.

Estes também gozavam da isenção da TRU. Nas mensagens do Governo, esta isenção foi cassada, de maneira que todos deverão pagar a Taxa Rodoviária Única, ou novo imposto IPVA, como resolveu denominar o Governo do Estado.

Nós nos reservamos para, na sessão de amanhã, emendarmos essa lei, restabelecendo as isenções, porque elas visam beneficiar as classes menos favorecidas.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — (Para discutir) Sr.

Presidente, esse projeto de lei já foi objeto de nossos estudos, em virtude de uma solicitação do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Curitiba, que, na sessão de quinta-feira passada, esteve aqui presente, já no final da sessão, e discutindo conosco e com o Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB, alertava para a falha justamente neste artigo que o Deputado Erondy aponta, das isenções, dizendo que, na regulamentação anterior da taxa, os condutores autônomos taxistas, estavam isentos, solicitando, portanto, providências.

Tomamos a iniciativa, e juntamente com o Deputado Caíto Quintana, amanhã, em Segunda

Votação, deveremos apresentar emenda à apreciação dos Senhores Deputados.

Agora, diante da argumentação que o Deputado Luiz Alberto levanta, nós registramos também o voto contrário, nesta primeira votação, aguardando os esclarecimentos que a Mesa Executiva da Casa deve trazer até a sessão de amanhã, no que diz respeito à constitucionalidade da matéria.

Quanto ao demais, nada a opor.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continua em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para discutir) — Senhor

Presidente, com referência a essa mensagem, em primeiro lugar quanto à constitucionalidade: nós que defendemos a Emenda 136, fruto da Emenda 17, no Congresso Nacional, entendemos que caberia ao Governador encaminhar Mensagem sem a necessidade da Emenda Constitucional.

Então, a nossa posição, hoje, é a mesma, uma vez que foi regulamentado, a Câmara Federal, de que será adotado nos Estados, esse sistema: cabe ao Governador encaminhar a mensagem. Mas, nos reservamos para a sessão de amanhã, com referência aos valores, porque não achamos justo que a isenção que tinha no passado, não só para os Transportes Coletivos, mas para as entidades assistenciais, para os carros de uso de 79 e anteriormente, que, hoje, para todos, é fixada uma taxa única e na TRU anterior, a taxa era diferenciada. Com referência aos valores, nós nos reservamos para amanhã, em segunda discussão, e votaremos favoravelmente na sessão de hoje.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Em discussão.

Encerrada a discussão. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 337/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 231/85), que objetiva alterar a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 5º, da Lei n. 6.568, de 24.06.74, alterados pelas Leis n. 6.888, de 06.07.77 e 7.229, de 24.10.79, a fim de elevar para 17.500.000 UPCs, o limite autorizativo para o Poder Executivo contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular — PLANHAP/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publicado no D.A. 143, de 11.12.85 — Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 337/85

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 231/85, o presente Plano de Lei objetiva alterar a redação dos parágrafos 1º e 2º, do art. 5º, da Lei n. 6.568, de 24.06.74, alterados pelas Leis n. 6.888 de 06.07.77 e 7.229 de 24.10.79, a fim de elevar para 17.500.000 UPCs, o limite autorizativo para o Poder Executivo contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular — PLANHAP/PR.

A iniciativa do presente Projeto é da competência do Chefe do Poder Executivo, conforme o disposto nos Arts. 25 e 47, da Constituição Estadual, e seu objetivo atende plenamente aos interesses da administração pública.

Desta forma, opinamos FAVORAVELMENTE pela sua normal tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Relator.

Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) — A

Bancada do PDS votou favoravelmente à contração do empréstimo entre o Governo do Estado, através da COHAPAR e o BNH, para a elevação da dívida em UPCs, do Governo do Estado, junto ao BNH, para construção de casas populares. São 17 milhões e 500 mil UPCs, que em janeiro significarão um trilhão, setecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros de recursos que virão ao Estado para construção de casas populares. Pois bem, Sr. Presidente, da mesma maneira que votamos favoravelmente a este projeto e que votamos favoravelmente ao projeto da SANEPAR, nos julgamos no direito de cobrar da Liderança do Governo e da Presidência desta Casa, as informações que não constam do pedido de empréstimo do Sr. Governador. Isto é, quais as cidades que serão beneficiadas efetivamente, em 1986, em estas duas dívidas. Queremos saber, Sr. Presidente, detalhadamente, quais as obras de saneamento básico, seja no campo de esgoto ou no abastecimento de água, que a SANEPAR fará? Distrito por distrito, localidade por localidade, município por município? Como igualmente, até para o conhecimento dos nobres Srs. Deputados governistas, que o Governo do Estado complementa esta mensagem, através da palavra do seu Líder ou através da palavra desta Presidência, no sentido de que se esclareça efetivamente, quais os municípios, qual a quantidade de obras, de casas, de redes, de quilômetros? De redes que serão efetivadas no Paraná com esses empréstimos, cuja autorização hoje a Bancada do PDS deixa passar, na confiante expectativa de que a Liderança do Governo irá promover de trazer ao Plenário os esclarecimentos devidos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continua em discussão. Em votação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando a retirada de pauta dos Projetos de Lei n. 317/85 e 327/85. — **A Mesa indefere, com base no parágrafo 9.º dos Artigos 140 e 148 do Regimento Interno.**

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, para discutir, ou pela ordem.

O Senhor pode me esclarecer o que diz o teor destes artigos mencionados?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Lê o parágrafo 9.º do Artigo 140 e Artigo 148.

O Sr. Márcio Almeida Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Não há discussão para o requerimento, está indeferido. Não há recurso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, subscrito pelos Srs. Deputados Antônio Anniballi e Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jaime Ernesto Bertazzo,

ocorrido no Município de União da Vitória. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Farid Machado Pedro, ocorrido no dia 14 de dezembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Jorge Chedid, ocorrido no Município de Jaguapitã. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Almeida Machado, ocorrido no dia 13 de dezembro do corrente ano, no Município de Tibagi. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 24.º aniversário do Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pachado, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário do Município de Arapoti. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná, pela participação no II Encontro Nacional dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação, realizado recentemente em Águas de São Pedro. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, sugerindo seja dado o nome de "Rodovia Nossa Senhora da Consolação", ao trecho da PR-180, compreendido entre os Municípios de Nova Aurora e Cafelândia. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo, sob o título: "O Paraná, a seca e o xisto". — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa. — **(A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Antônio Annibelli e Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição do Conselheiro Olivir Gabardo para a Presidência do Tribunal de Contas do Estado. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, com encaminhamento de proposta do PCB, para solucionar o problema emergencial dos agricultores do Vale do

Ivaí.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4.^o aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Juranda.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a intermediação da Secretaria de Trabalho na greve dos trabalhadores da construção civil em Londrina, Cambé e Ibiporã, bem como a orientação à Secretaria de Segurança Pública para que, ao desempenhar suas funções, não permita excessos de violência.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n. 317 e 324/85; e do Projeto de Resolução n. 155/85

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei N. 285/85.

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 237 e 244/85.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n. 334, 335, 336 e 337/85.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 340/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

"O PARANÁ, A SECA E O XISTO"

Jornal "Gazeta do Povo".

Arsênio Muratori.

Um número insignificante de paranaenses deverá estar sabendo, hoje, que a primeira "safra" de petróleo do Paraná prevista para 1988, com a entrada em operação do módulo industrial da Usina de Xisto Betuminoso de São Mateus do Sul, está na sua totalidade, perdida.

Isto porque o prazo de finalização das obras, originalmente previsto para final de 87, foi postergado para dezembro de 88.

E não se pode atribuir a frustração da "colheita" aos designios da natureza: não se trata de algo que dependa do imponderável, como cheias decalimenares ou carência de chuvas. O adiamento se deve, pura e simplesmente, ao decreto n. 91.835 de 24-10-85, do governo federal, que encerrou a participação do programa de mobilização energética (P.M.E.) na implantação do módulo industrial de São Mateus do Sul.

Nada, portanto, que esteja a exigir a interveniência divina ou algo semelhante. Apenas uma caneta e a vontade política de um homem ou, no máximo, de um grupo restrito de homens.

Isso, porém, não é novidade visto que, as derrotas do Paraná no campo federal, quando esteve em jogo o seu desenvolvimento econômico e a sua industrialização já são incontáveis e históricas. Assim foi com o polo petroquímico, com o polo carboquímico e com outros tantos que surgiram. Literalmente, pode-se dizer que perdemos todos, até mesmo para Estados de menor expressão econômica e política.

Só muito recentemente ou, de maneira mais precisa, depois da ascensão de José Richa ao governo do Estado, a voz do Paraná começa a ser ouvido à nível nacional. É o início do resgate do espírito federativo na formulação de políticas federais que contemplem a realidade e as prioridades regionais. É o seu compromisso básico de campanha posto em marcha. É o paranismo lúcido e autêntico, na medida em que, respaldado pela opinião pública.

Porém, está muito claro que, a par da priorização — justa, diga-se de passagem — de reivindicações ligadas à área da agricultura e da pecuária, existe uma desinformação generalizada da sociedade paranaense a propósito de alternativas para o seu desenvolvido e, para a sua estabilidade social e econômica.

Fecha-se então o circuito; a desinformação da sociedade não estimulando a discussão política dos temas traz, como consequência, a ausência de articulação das lideranças políticas para exercer o salutar e insubstituível exercício da prática da democracia, representado pelo jogo de pressões.

Herança do regime de 64, essa falta de informações a propósito de assuntos objeto de monopólio estatal tem acarretado sérios prejuízos a Nação brasileira. Não obstante os esforços empreendidos por associações técnico-científicas e entidades de classe os temas não mereceram ainda o devido destaque da grande imprensa que permitisse a sua popularização, de maneira a transformá-los em bandeiras de luta.

E assim ficamos, aqui no Paraná, exercitando o nosso direito de reivindicar mas, no máximo, orquestrando variações sobre o mesmo tema. E, de preferência, na tonalidade de "sol". Seja ele maior ou menor (na dependência da estação do ano e das safras em jogo).

É possível que as informações técnicas e os dados disponíveis a respeito do xisto no Paraná estejam a merecer um tratamento analógico para efeito de melhor compreensão quando se trata de comunicação de massa. Se esta for a questão, faço, a seguir, algumas considerações, na tentativa de fazer aflorar o assunto para o debate político.

O xisto é a maior fonte de hidrocarbonetos conhecida e homogênea que a do petróleo.

As reservas brasileiras atuais de petróleo giram em torno de 2,2 bilhões de barris enquanto que as de óleo de xisto (com idênticas propriedades e

características) se situam em torno de 2,7 bilhões estão no Paraná.

A usina protótipo construída pela Petrobrás para testar, em escala semi-industrial, o processo chamado Petrosix demonstrou a sua viabilidade técnica e econômica e, mais do que isso, operando em regime contínuo a partir do final de 82 produziu, no ano seguinte, 214.000 barris de óleo e 3.200 toneladas de enxôfre.

A preços de dezembro daquele ano o valor dessa produção atingiu Cr\$ 11 bilhões, vindo a se constituir na atividade econômica mais importante de toda a microrregião de São Mateus. Nesse mesmo período, a produção agropecuária global da microrregião ficou na casa dos Cr\$ 10 bilhões.

Feita a comparação com os valores de produções agrícolas a nível do Estado, para o ano de 83, observa-se que a usina protótipo de São Mateus, apenas em escala experimental, produziu, em petróleo e enxôfre o equivalente a: metade da safra de arroz ou um terço da safra de batata; ou, ainda, um terço da safra de feijão; ou, então, um décimo da safra de trigo.

Se considerado que o módulo industrial deverá produzir 5,75 vezes o que foi registrado pela usina protótipo em escala experimental, ter-se-á uma "safra" de petróleo correspondente, em valor, a um terço da safra paranaense de café, a um terço da safra de milho, a um quinto da safra de soja ou, ainda, à metade da safra de trigo, para ficar apenas nesses produtos.

Para a microrregião de São Mateus do Sul isso deverá representar algo em torno de seis vezes a sua produção agropecuária total.

A cada ano de operação, o módulo industrial contribuirá para a receita fiscal do Estado com Cr\$ 12,5 bilhões em I.U.M., Cr\$ 5,4 bilhões em I.C.M. e 2,5 bilhões em I.S.S.

Desses tributos, um total de Cr\$ 5,6 bilhões será acrescentando diretamente à receita fiscal do município de São Mateus do Sul, hoje na casa dos Cr\$ 4,5 bilhões.

Se a isso for acrescentada a economia de divisas resultante da substituição de importação de petróleo, a significativa geração de empregos diretos e indiretos, a ativação regional da economia e, por último, o fato de que o módulo industrial previsto, representa apenas a fase inicial de um programa de médio e longo prazos

da Petrobrás para a produção de óleo de xisto, ficará demonstrada, na justa medida, a importância do xisto para o Estado do Paraná.

O óleo do xisto constitui, seguramente, a maior riqueza mineral do Estado e um de seus mais expressivos recursos econômicos.

Representa, ademais, ponderável fator de homogeneização da economia e de integração social, já que se situa no subsolo de municípios que figuram entre os mais pobres do Estado.

Sua exploração em escala industrial deverá sem deslocar outras atividades e, independentemente do clima, contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento econômico do Paraná gerando importantes benefícios sociais para toda a sua população.

Isto posto, cabe a nós paranaenses definir, com maior clareza, qual o Paraná que pretendemos para o futuro.

O ano de 1983, por várias vezes, tomado como referência de forma proposital, pois esse foi o ano em que nosso Estado, juntamente com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foi severamente, castigado por enchentes quase que imagináveis. Agora a situação se inverte e estamos aqui, clamando os céus por chuvas, na esperança de recuperar o tempo, os investimentos e a safra comprometida.

Numa hora em que expressiva parcela da Sociedade Paranaense, do governo do Estado e da imprensa lamentam as perdas paranaenses em razão da estiagem, avalio ser da mais alta relevância a ampla divulgação de questões dessa natureza. Esta é a única forma eficiente que vejo de, através a mobilização da sociedade, se buscar novos rumos para a economia paranaense.

Um paranismo consciente, criativo e, tanto quanto possível, capaz de superar o monocórdio e enganoso conceito de "Celeiro do Brasil", sob pena de ficarmos, periodicamente, batendo na mesma tecla e, nesse caso, é bom que se vá desde já — para exorcizar os maus espíritos — ensaiando alguns passos da dança da chuva. Hoje, para chover, amanhã para chover menos, etc. Haverá, naturalmente, partituras especiais contra geadas, bicudos, gafanhotos e, assim por diante.